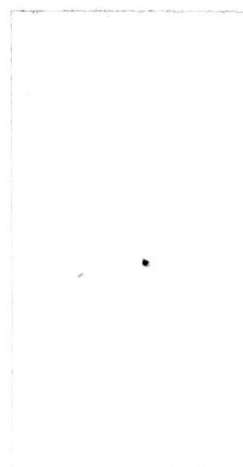


Wilson Sandano ()*

Algumas reflexões sobre o populismo

(*) Professor de Princípios e Métodos de Supervisão Escolar e de Pesquisa Educacional da Universidade de Sorocaba — UNISO. Mestre em Educação pela UNIMEP. Doutorando em Educação da UNIMEP.



RESUMO

O autor procura fazer um aprofundamento teórico a respeito do populismo. Como este movimento político sempre esteve presente em nossa história, especialmente no período de 1930 a 1964 e no final da década dos 80 e início dos 90, o autor procura detectar as suas características principais e sua influência na política brasileira.

ABSTRACT

The author tries to deepen his theories about Populism. Since this political movement has always been present in our History, specially from 1930 to 1964 and in the late eighties and early nineties, the author tries to detect its main characteristics and its influences on Brazilian politics.

Em nossa pesquisa sobre o processo histórico de elaboração da lei orgânica do município de Sorocaba, vinculada ao Programa de Doutorado em Educação da UNIMEP, deparamos com o populismo que, no dizer de Boito Jr., é uma realidade sempre atuante na formação social brasileira, tendo presença constante em nossa história¹.

Ao contrário do que afirma ou sugere a maioria dos autores, o populismo, no Brasil, não surge em 1930 e nem desaparece com o golpe militar de 1964. (...) O que ocorre é que no período 1930-1964 é o único período da história do Brasil no qual a política populista afirma-se como elemento específico definidor da política de desenvolvimento do Estado (burguês) brasileiro. Ou seja, nesse período vigoram os governos populistas².

É nosso objetivo, neste artigo, procurar fazer um aprofundamento teórico a respeito do populismo e procurar compreender a sua influência na política brasileira.

Para tanto, devemos iniciar pelo entendimento de seu conceito, nos diferentes contextos em que o termo tem sido usado, desde o final do século XIX e início do século XX até os nossos dias.

Elementos do populismo

O populismo é, no dizer de Laclau, “um conceito ao mesmo tempo evasivo e recorrente”³. É um tema controvertido, complexo e que tem gerado várias interpretações e muitas polêmicas. “De início, convém lembrar que há fenômenos históricos muito diversos no tempo e no espaço denominados *populistas*. Assim, movimentos sociais e políticos ocorridos na África, Ásia, Europa do Leste, Rússia, e Estados Unidos receberam tal denominação”⁴.

Apesar dessa dificuldade, alguns autores procuram conceituá-lo, como, por exemplo, Wiles:

1. BOITO JR., Armando. **O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.21.

2. BOITO JR., Armando, **op. cit.**, p. 21-22.

3. LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Trad. João Maia e Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 149.

4. PRADO, Maria Lígia. **O populismo na América Latina (Argentina e México)**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 7.

*A mi entender, el populismo es todo credo o movimiento fundado en la siguiente premisa principal: **la gente simple, que constituye la aplastante mayoría, y sus tradiciones colectivas son las depositarias de la virtud**. Sostengo que esta premisa provoca un síndrome político de sorprendente premanencia, aunque revestido - en ciertos momentos más, en otros menos de matices socialistas⁵.*

Nesta mesma linha, Cunha nos diz que

O populismo é a valorização do saber, dos valores e das expectativas do "povo", visto como organizado em "comunidades", na "base", em detrimento do saber, dos valores e das expectativas que "vêm de fora", da cúpula ou das elites intelectuais, considerados artificiais ou inautênticos⁶.

Laclau, na busca de um traço comum a todos os fenômenos populistas, afirma que "o populismo surge historicamente ligado a uma crise do discurso ideológico dominante que é, por sua vez, parte de uma crise social mais geral". Esta crise mais geral pode ser entendida como "uma crise particularmente grave no bloco de poder, que leva uma de suas frações a tentar estabelecer sua hegemonia através da mobilização das massas, e uma crise de transformismo"⁷.

O termo populismo tem sido utilizado em quatro contextos principais:

- a) movimentos radicais do Sul rural e do Oeste norte-americanos;
- b) populismo russo;
- c) populismo como ideologia do Estado;
- d) populismo nos países da América Latina.

O populismo do Sul e Oeste norte-americanos ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX e desenvolveu-se entre os proprietários e trabalhadores agrícolas, numa época em que o setor capitalista da economia agrária norte-americana se encontrava em meio a uma crise de superprodução e, também, em que perdia importância perante a indústria, o comércio e o mundo das finanças. Através desse movimento eram denunciadas as concentrações do poder econômico, especialmente por parte dos bancos, instituições financeiras, grandes especuladores agrários e companhias de estrada de ferro. Era, antes de mais nada, uma reação contra as tendências de diferenciação do sistema econômico e contra o aumento de poder das burguesias tipicamente urbanas. Preocupava-se com os assuntos monetários porque sentia que, através do capital financeiro, lhe escapava uma boa parte dos lucros. Assim, defendia a intervenção

5. WILES, Peter. Un síndrome, no una doctrina: algunas tesis elementales sobre el populismo. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest. **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p. 203.

6. CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 384.

7. LACLAU, Ernesto, *op. cit.*, p. 182-183.

governamental nos assuntos econômicos, em especial na parte referente às questões financeiras e nos problemas relacionados com os transportes ferroviários. “O problema era defender o princípio do *valor de troca*⁸, segundo as exigências da reprodução ampliada do capital na agricultura”⁹.

*Lo que sí tuvo Estados Unidos, en lugar de campesinado, fue una clase de agricultores comerciales muy conscientes del valor del dinero, productores de materias primas tanto para el mercado interno como para el internacional, y ligados con la bulliciosa vida pequeño-capitalista de los pueblos en expansión en el interior del país, donde imperaba la competencia*¹⁰.

Já o *populismo russo*, também conhecido como *khosdenie u narod*¹¹, que quer dizer “ir ao povo”, era um movimento de intelectuais, de caráter pacífico e sem nenhuma estrutura organizativa, que se deslocava para o campo, com o objetivo de divulgar idéias democráticas e iniciar um processo de conscientização entre os camponeses. Seu programa foi explicitado em 1869, quando foram publicados os textos básicos de seus primeiros ideólogos: Lavrov, Mikhailovski e Flerovsk. Entre seus líderes, no período de 1876 e 1880, encontrava-se Plekanov, que, a partir de 1883, se tornou um de seus críticos mais severos¹². Foi um

8. Com relação ao valor de uso e ao valor de troca, MARX escreve: “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante, etc., é, por isso, um valor de uso, um bem. (...) O valor de uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. (...) os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca. O valor de troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, que muda constantemente no tempo e no espaço. (...) Na própria relação de permuta de mercadorias, seu valor de troca revela-se independente de seu valor de uso. (...) O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor de troca é, portanto, o valor das mercadorias” (MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Volume I.** 13. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 1989, p. 42-45).

9. IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina.** 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1989, p. 18.

10. HOFSTADTER, Richard. Estados Unidos. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest. **Populismo: sus significados y características nacionales.** Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p. 15.

11. Utilizamos aqui a expressão “*khosdenie u narod*”, como sinônimo de populismo russo, utilizada por José Paulo Netto. São encontradas, ainda, para identificar este contexto populista as palavras *narodnichestvo* e *narodniki*. WALICKI utiliza a expressão “*khozdenie y narod*”.

12. PAULO NETTO, José. Introdução. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. X-XII.

movimento muito atuante na década de 1870, tendo se esgotado politicamente a partir de 1880, em razão da repressão da polícia czarista e da ineficácia de suas ações. No entanto, segundo Paulo Netto, a sua concepção geral do processo histórico-social russo tornou-se o eixo do pensamento social russo de então¹³.

A concepção básica do populismo russo consistia em repelir o capitalismo ocidental, com seus cortiços e sua exploração, e defender a idéia de que a Rússia podia e devia prescindir da etapa capitalista e edificar uma sociedade socialista, igualitária e democrática, com base na força do mir¹⁴ e da pequena produção de mercadorias.

Walicki considera que o populismo russo tem dois sentidos:

En el primer sentido, el término populismo designa "una teoría que defiende la hegemonía de las masas con respecto a la élite culta"; en el segundo, se refiere a una teoría sobre el desarrollo no capitalista de Rusia. En el primer caso, se oponía al "intelectualismo abstracto" de los revolucionarios que trataban de educar a los campesinos imponiéndoles los ideales del socialismo occidental, en lugar de aprender cuáles eran sus verdaderas necesidades y de actuar en pro de aquellos intereses e ideales de los que habían adquirido consciencia los propios campesinos; en el segundo caso, se oponía a las teorías sociológicas y económicas que sostenían que el capitalismo era un estadio inevitable del desarrollo, y que Rusia no constituía una excepción a esta ley general de la evolución¹⁵.

O movimento sofreu grande influência da análise de Marx sobre o desenvolvimento capitalista, mas só o via como um crítico devastador do capitalismo e de seus efeitos alienantes, considerando-o como um processo social retrógrado e não progressista.

Paulo Netto afirma:

*Os ideólogos populistas aproximaram-se de Marx e Engels; vários deles mantiveram contatos com ambos, trocando informações e correspondência, e foram os primeiros divulgadores da obra de Marx na Rússia. Inicialmente, tanto Marx quanto Engels não criticaram explicitamente as teses defendidas pelos populistas; somente nos primeiros anos da última década do século - quando o rápido crescimento industrial da Rússia se torna visível e ocorre um grande crise (a **fome de 1891**) - é que Engels recusa as propostas populistas¹⁶.*

A partir dessa época é que, também, Lênin aprofundou sua crítica, interpretando a ideologia do populismo como um protesto contra o capitalismo,

13. PAULO NETTO, José, *op. cit.*, p. XI.

14. Mir: comunidade rural, aldeia.

15. WALICKI, Andrzej. Rusia. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest. **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p. 83.

16. PAULO NETTO, José, *op. cit.*, p. XI.

a partir dos pequenos produtores, especialmente os camponeses, que queriam uma dissolução da ordem social feudal, mas cuja posição estava sendo enfraquecida pelo desenvolvimento capitalista. Caracterizava a ideologia populista como um romantismo econômico, como uma utopia pequeno-burguesa retrógrada¹⁷.

O populismo como ideologia de Estado adota uma visão de sociedade e de desenvolvimento nacional semelhante à dos populistas russos. Ele se desenvolveu nos países da Europa Central e nas ex-colônias européias da Ásia e da África. Seu exemplo mais destacado é o da Tanzânia,

(...) que propôs uma estratégia de desenvolvimento de base rural e de pequena escala, rejeitando a grande indústria e empenhando-se, pelo menos no discurso manifesto, na busca de um caminho de desenvolvimento não-capitalista, embora esteja envolvida nas malhas do capitalismo mundial e assim tenha dificuldade de fugir totalmente aos imperativos do capital e às penalidades em que se incorre por desconhecê-los¹⁸.

Nos contextos até agora estudados o populismo apresenta dois aspectos comuns¹⁹:

1. Representa reações ideológicas e práticas às mudanças econômicas, sociais e políticas provocadas pela formação do capitalismo industrial e a urbanização de cunho capitalista.
2. Procura preservar e valorizar a vida social e econômica de base agrária. O progresso econômico, político, social e cultural é visto em termos da preservação e revalorização das experiências e tradições do tipo comunitário e tribal. Há uma tentativa de transformar o trabalhador, particularmente o rural, em cidadão, com direitos e deveres políticos que defendam a supremacia do campo sobre a cidade e da agricultura sobre a indústria.

*(...) Em essência, os movimentos, partidos e governos populistas surgidos nesses países estavam, ou ainda estão, conforme o caso, inspirados por uma compreensão das relações econômicas, sociais e políticas que se fundam na hegemonia do **valor de uso**. E o valor de uso, nesses casos, é compreendido como uma modalidade politicamente ingênua de valor trabalho. Todas as relações humanas estariam ou deveriam estar referidas, em última instância, ao princípio do uso, colocando-se secundariamente o princípio do **valor de troca**²⁰.*

17. BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2ª ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [s/d], p. 290.

18. BOTTOMORE, Tom (ed.), **loc. cit.**

19. IANNI, Octavio, **op. cit.**, p. 16.

20. IANNI, Octavio, **loc. cit.**

O populismo latino-americano

Também na América Latina o populismo refere-se a situações históricas diferentes ocorridas em diversos países; em alguns, os populistas chegaram ao poder; em outros, jamais o alcançaram²¹.

No entanto, contrariamente aos contextos até agora estudados, é um movimento urbano, de costas voltadas para o campo. É um movimento manipulativo, em que a voz do povo tem poucas possibilidades de ser ouvida²².

*En su sentido más amplio, el populismo latinoamericano puede definir-se como un arma organizacional para sincronizar grupos de intereses divergentes, y se aplica a cualquier movimiento no basado en una clase social específica. En la tentativa más elaborada de construir una tipología del populismo, se lo describe como un movimiento político que goza del apoyo de la masa de la clase trabajadora urbana y/o el campesinado, pero que no es resultado del poder organizacional autónomo de ninguno de estos dos sectores. También cuenta con el apoyo de sectores no pertenecientes a la clase trabajadora, que sostienen una ideología contraria al **status quo**²³.*

Tal movimento surgiu na América Latina, na época em que o estado oligárquico entrou em sua maior crise. O populismo pode ser considerado como uma das manifestações dessa crise e, também, um elemento ativo no declínio final desse tipo de estado²⁴.

Em que consistia o Estado oligárquico?

Ianni afirma que, no campo das relações político-econômicas da sociedade nacional, o Estado oligárquico apresentava as principais características de dominação patrimonial, com as oligarquias correspondendo a organizações, técnicas e estilos de liderança políticos característicos de uma época em que os partidos apenas eram organizações formais²⁵.

As várias modalidades políticas da oligarquia estavam orientadas no sentido do autoritarismo e personalismo ligados à dominação patrimonial. As relações de produção eram sempre capturadas por relações e estruturas políticas oligárquicas. Assim, o dirigente, em âmbito nacional, correspondia ao oligarca, reproduzindo a imagem do fazendeiro, governando conforme as condições e

21. PRADO, Maria Lígia, *op. cit.*, p. 9.

22. HENNESSY, Alistair. América Latina. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest. **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p. 39.

23. HENNESSY, Alistair, *op. cit.*, p. 40.

24. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 40.

25. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 41.

exigências das atividades produtivas predominantes, a que estaria ligado por interesses pessoais ou de classe²⁶.

Weffort assevera que, na América Latina,

*(...) o Estado se forma como Estado-Nação, como Estado Liberal e também como Estado de classe - a partir da Independência e se consolida, em geral, na segunda metade do século XIX, como expressão de uma burguesia agrária e comercial interessada em desenvolver uma economia de exportação de produtos primários. A esta classe, que assume a hegemonia social e econômica de uma sociedade que deixa sua anterior condição colonial e passa a incorporar-se do sistema capitalista vigente na época da Revolução Industrial, coube em países como o Brasil, a Argentina e o Chile, também a hegemonia política sobre os novos estados em formação*²⁷.

Apesar de suas relações com os sistemas capitalistas dominantes, as relações de produção nas sociedades latino-americanas não se organizaram claramente como sendo de relações entre classes sociais, porque a sua forma de vinculação exigia um alto grau de exploração da mão-de-obra, com a manutenção de formas disfarçadas de escravização dos trabalhadores. No dizer de Ianni, isso explicaria a persistência e o predomínio das estruturas econômicas e sociais do tipo patrimonial²⁸.

Nesse regime, o poder político é controlado pelas burguesias ligadas à agricultura, pecuária ou mineração, sendo os seus interesses fortemente influenciados pelos interesses dos grupos detentores do poder econômico. Não há possibilidade, aqui, de desenvolvimento de partidos políticos e sindicatos que expressem situações de interesse de classes ou grupos sem representação no Governo.

*O Estado oligárquico (...) deve ser entendido como uma forma particular de Estado capitalista, no qual combinam-se elementos patrimoniais com as exigências da "racionalidade" capitalista. Nas condições socioculturais e políticas dos países da América Latina, o poder oligárquico aparece como um componente essencial de certa escala de produção de mais-valia. Aí combinam-se a mais-valia absoluta*²⁹,

26. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 41-42.

27. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 98-99.

28. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 42.

29. Com relação à mais-valia absoluta e à relativa, MARX escreve: "A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto

*grande pela extensão da jornada de trabalho, e a mais-valia relativa, gerada em condições tecnológicas que intensificam a produtividade da força de trabalho*³⁰.

A oligarquia combinava constituições de inspiração liberal (divisão dos três poderes, eleições, etc.) com práticas e valores patrimoniais, com o poder sendo exercido por um chefe nacional. A este quadro acrescenta-se o liberalismo dos dirigentes da classe dominante, que correspondia aos compromissos entre as duas polarizações presentes na América Latina: a sociedade nacional, de um lado, e a economia dependente, de outro. “Por esta razão, ao autoritarismo mais ou menos violento, para uso interno, ‘justapõe-se’ o liberalismo efetivo e retórico, nas relações externas. Essa contradição resolve-se ao nível do aparelho estatal oligárquico, por meio do qual se conciliam esses antagonismos”³¹.

Tal liberalismo latino-americano correspondia a um compromisso entre as camadas dominantes nacionais e a cultura dos países hegemônicos. Isso tudo exprime, internamente, também, as exigências das classes sociais em formação quanto à transformação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

*Com fundamento nos princípios liberais criam-se partidos políticos, assembleias, congressos, compromissos eleitorais, imprensa mais ou menos livre, escolas de ensino superior, etc. É também com fundamento nesses princípios que se desenvolve a luta pela emancipação dos escravos negros, índios, mestiços e mulatos, pela separação entre a Igreja e o Estado, pela democratização do ensino, pela moralização dos processos eleitorais, etc. Muitas mudanças institucionais foram realizadas em nome desses ideais. Essa foi, no século XIX, a luta de Juárez, Sarmiento, Joaquim Nabuco e outros. Ao lutar pela substituição da “anarquia” pela “ordem”, ou “barbárie” pela **civilización**, lutava-se para instaurar o Estado liberal, suplantando a oligarquia. Não foram bem-sucedidos, a não ser em esferas secundárias das estruturas de poder. Mas incutiram em certos setores das próprias*

de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário como métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais.

A produção da mais-valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições, surge e se desenvolve, de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital. No curso desse desenvolvimento, essa subordinação formal é substituída pela sujeição real do trabalho ao capital” (MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. Volume II**, 13. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 585).

30. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 48.

31. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 49.

*camadas dominantes, e em especial nas classes médias em expansão, o compromisso com a idéia de progresso econômico, reforma institucional, democratização, liberdade, civilismo, etc.*³²

A tentativa de suplantar o Estado oligárquico pelo Estado liberal e o autoritarismo patrimonial pela democracia era uma posição que correspondia aos interesses e ideais das classes médias recém-surgidas e de setores burgueses mais identificados com o mercado interno, pouco se realizando em benefício da nascente classe operária e nada fazendo pelos trabalhadores rurais³³.

Oliven afirma:

*A democracia idealizada pela oligarquia e pelos setores tradicionais da classe média era uma democracia de 'homens cultos', de 'homens de bem'. Nesse sentido, é interessante chamar a atenção para a contradição da classe média na medida em que ela, durante a Primeira República, lutara para conquistar o voto secreto - seu moralismo não podia aceitar a idéia de pessoas mortas votando em eleições fraudulentas - e, ao mesmo tempo, continua aceitando como normal a restrição do voto aos analfabetos, o que excluía grande parte da população ativa do país*³⁴.

A incipiente industrialização e a intensa urbanização aceleraram a formação da estrutura de classes sociais que iria fazer explodir o Estado oligárquico. Fiori informa que o início da ruptura do pacto oligárquico e sua reordenação, em novos termos, ocorreram por volta dos anos da Primeira Guerra Mundial³⁵.

*(...) Em todo caso, o declínio da hegemonia oligárquica está em curso. Caberá às forças políticas emergentes, em especial à nova burguesia industrial, ao proletariado, a grupos militares, a setores da intelectualidade e a partes de juventude universitária, além de frações das próprias classes médias, realizar o último ato de liquidação do predomínio da oligarquia. Em certos casos, surgirá a democracia representativa, em outros haverá a ditadura ou a democracia populista. Em todos, o regime político terá uma estabilidade difícil, quando não efêmera. São distintas manifestações da marcha da revolução burguesa em países da América Latina*³⁶.

A partir deste período, nas décadas dos 10, dos 20 e dos 30, novas reordenações aconteceram em consequência de crises no capitalismo internacional e lutas

32. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 50.

33. IANNI, Octavio, *loc. cit.*

34. OLIVEN, Arabela Campos. **A paroquialização do ensino superior - classe média e sistema educacional no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 50.

35. FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995, p. 77.

36. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 51.

internas no mundo latino-americano. Outras crises, aliás, vão ocorrer mais tarde, levando, novamente, a outras reordenações no pacto dominante.

(...) nos anos 30, 50 e 60, sucessivas crises político-institucionais e financeiras anunciarão as reformulações de um compromisso cujo espírito, em última instância, manteve-se o mesmo compromisso que lastreou a "política dos governadores". A crise dos anos 70/80, nessa perspectiva, vem representar um quinto e último momento, em que estão sendo questionadas as regras e o próprio espírito dos pactos anteriores³⁷.

Assim, por volta de 1930, muitos governos estavam enfraquecidos, pois já se iniciara o processo de deterioração das estruturas oligárquicas e de dependência³⁸, uma vez que as alterações no capitalismo internacional afetaram profundamente as economias latino-americanas, baseadas em produtos primários e voltadas para o exterior. Com isto, elas sofreram uma reordenação, com investimentos especialmente no nascente setor industrial. Segundo Ianni,

(...) para os países da América Latina as crises mundiais significaram: a) regressão econômica; b) estagnação econômica; c) industrialização; d) expansão do setor terciário; e) estabelecimento ou fortalecimento das empresas norte-americanas nas relações econômicas externas de cada país; f) expansão da hegemonia dos Estados Unidos sobre a economia da América Latina como um todo. É evidente que esses processos operaram ao mesmo tempo ou separadamente, conforme a situação de cada país³⁹.

Esta reordenação econômica trouxe uma reordenação política, pois surgiram novas relações de classe.

(...) Quando a estrutura de classes se encontra mais desenvolvida, contando com setores médios, de empresários industriais e operários, a dominação oligárquica ingressa em sua crise final. Nessa ocasião crítica, torna-se mais agudo o antagonismo entre a sociedade nacional, por uma lado, e a economia dependente, por outro. Em conseqüência, rompe-se o equilíbrio até então mantido pelo poder oligárquico⁴⁰.

As classes médias que se impuseram politicamente, inicialmente, alcançam resultados precários na tentativa de resolver a contradição entre sociedade nacional e economia dependente. Depois, a burguesia industrial e o proletariado impuseram-se, conjuntamente, preocupados em resolver a mesma contradição. Nesse contexto, surgiram os movimentos, partidos e governos populistas latino-

37. FIORI, José Luís, *op. cit.*, p. 77.

38. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 53.

39. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 56-57.

40. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 58.

americanos. Esse populismo caracterizava-se pela tentativa de unir capital e trabalho como única maneira de industrializar cada país. O populismo, na América Latina,

(...) constitui uma estratégia política empregada pelas débeis burguesias locais para forjar alianças com as classes subordinadas, contra as oligarquias agrárias. O objetivo de tais alianças seria a industrialização, e elas se fazem em termos que não conferem qualquer peso independente às classes subalternas mobilizadas para a cena política. Esse processo é praticamente uma antítese do populismo como ideologia dos movimentos de base rural que entram em conflito com as forças dominantes no Estado⁴¹.

O populismo, nos países latino-americanos, é representado pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964) no Brasil, o de Juan Domingo Perón (1946-1955), na Argentina, o de Lázaro Cárdenas (1934-1940), no México, o de Victor Paz Estensoro (1952-1956/1960/1964) e Hernán Siles Zuazo (1956-1960), na Bolívia, o de José María Velasco Ibarra (1934-1935/1944-1947/1952-1956/1961 e 1968-1972), no Equador, além de serem considerados populistas os movimentos políticos apristas (APRA-Peru, liderado por Victor Raul Haya de la Torre) e o gaitanismo (Colômbia, liderado por Jorge E. Gaitán), que nunca chegaram ao poder⁴².

O populismo no Brasil

O populismo brasileiro apareceu na mesma trilha do latino-americano, como consequência da crise do capitalismo mundial e do Estado oligárquico, da incipiente, mas sempre crescente industrialização do país.

No período de 1914 a 1964 foram criadas condições institucionais, políticas e culturais mínimas para a consolidação de uma civilização urbano-industrial, com as massas começando a participar, especialmente a partir de 1945, das decisões políticas do país⁴³.

Segundo Ianni, no período indicado, a economia brasileira passou pelos seguintes modelos de desenvolvimento⁴⁴:

a) modelo exportador, o mais antigo e conservador. Neste modelo acontecia a hegemonia do setor agrícola, com relações de produção e técnicas de acumulação tradicionais. Em consequência, havia a importação de manufaturas

41. BOTTOMORE, Tom (ed.), *op. cit.*, p. 290.

42. PRADO, Maria Lígia, *op. cit.*, p. 9.

43. IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 53.

44. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 53-55.

e a dependência externa em razão da comercialização internacional do café. O poder interno era exercido pela burguesia agrário-comercial, situada especialmente em São Paulo e Minas, enquanto a questão da política econômica do país era determinada exteriormente. Este modelo sofreu uma séria derrota, mas não definitiva, com a Revolução de 1930.

*A grande vantagem que os partidários da Aliança Liberal⁴⁵ souberam explorar era a da descrença generalizada no sistema político baseado na manutenção da hegemonia oligárquica do café. Sua dominância se desgastara principalmente a partir do fracasso das tentativas legais de reformulação política como a da **Reação Republicana** e fora posta em xeque, ainda que confusamente, pelos movimentos de revolta que se seguiram ao Levante do Forte de 1922. A Crise de 29 representou uma conjuntura de enfraquecimento econômico e financeiro do café que foi complementado, ao nível político, pela adesão de Minas Gerais à oposição⁴⁶.*

b) **modelo substituição de importações**, que apareceu para atender às exigências crescentes da economia e sociedade brasileiras, com a culminação do processo de deterioração do pacto oligárquico e materialização das tendências que germinavam desde os anos 20, como as reivindicações urbanas e liberais. Foi uma tentativa de combinação com o setor agrário, ligado a exigências de divisas com as de investimento dirigidas a atender ao mercado interno. Com isto, houve a reformulação dos vínculos externos e com a sociedade tradicional: formulação de uma política externa independente e de uma doutrina, considerando o Brasil como uma potência. Este modelo realizou-se com base na política de massas e no dirigismo estatal e estabeleceu gradações nas rupturas estruturais necessárias à sua consolidação. Seus elementos estão consubstanciados na democracia populista estabelecida após 1945, tendo como modelo o varguismo ou getulismo.

Saviani diz que o êxito da industrialização no Brasil, através do modelo de substituição de importações, deveu-se à conjugação de uma série de fatores favoráveis⁴⁷:

- A crise do café, combinada com a crise da economia, permitiu que as diferentes forças se unissem em torno da industrialização.

45. Aliança Liberal era o nome da agremiação que dava sustentação à candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República, para substituir Washington Luís. Aquela agremiação tinha como suportes partidários o Partido Libertador, de Assis Brasil, e o Partido Democrático Nacional, recém-fundado. (ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 563).

46. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de, *op. cit.*, p. 564.

47. SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, Walter E. (org.). **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978, p. 180-181.

• Os empresários nacionais (burguesia nacional), com exceção das oligarquias rurais mais tradicionais que haviam perdido a hegemonia com a Revolução de 1930, estavam interessados na industrialização, pois seriam os seus beneficiários diretos e imediatos, uma vez que lhes caberia a condução do processo.

• Os empresários internacionais (burguesia internacional) também estavam interessados pelas seguintes razões: 1) com as medidas protecionistas do governo em relação à indústria nacional, a competição tornava-se difícil e, assim, com a possibilidade de perder o promissor mercado brasileiro, era preferível negociar com o governo brasileiro a instalação de indústrias no país. Estas negociações revelaram-se muito vantajosas uma vez que eram dados incentivos fiscais e doação de áreas necessárias à instalação das referidas indústrias; 2) a produção de bens junto às fontes de matérias-primas e aos locais de consumo propiciava grande economia de fretes, evitando-se o transporte de matérias-primas para a matriz bem como o transporte de bens manufaturados para o mercado consumidor; 3) a possibilidade de se contar com uma mão-de-obra barata, abundante, reduzia enormemente os custos de produção nas filiais em relação à matriz, onde a mão-de-obra, sendo escassa, era bem mais cara. Esses fatores faziam da inserção no processo de industrialização do Brasil uma atividade bastante lucrativa para os empresários internacionais.

• As classes se interessavam pela industrialização, pois viam nela a ampliação das possibilidades de concretização de suas aspirações de ascensão social. O operariado, as lideranças operárias e as incipientes forças de esquerda apoiavam a industrialização, pois a consideravam uma condição necessária para a libertação nacional.

c) modelo de desenvolvimento e organização da economia em que se associam capitais e interesses políticos e militares nacionais e internacionais. Este modelo surgiu em decorrência do confronto entre os dois modelos anteriores. Houve uma crescente internacionalização crescente da economia, ao lado do caráter internacionalista do setor agrário tradicional. De certo modo era a volta, em nova roupagem, do modelo exportador, de padrão colonial.

(...) Trata-se de um produto dos desenvolvimentos políticos e econômicos internacionais e nacionais. No jogo e contradição dos interesses das classes e grupos sociais em luta pelo poder e pela formulação da política econômica, surge necessariamente o padrão de desenvolvimento combinado. E a sua implantação exige a liquidação da democracia populista, como estrutura política nacional, tanto quanto a destruição da doutrina e prática da doutrina de independência econômica e política. É uma combinação nova entre os setores agrário e industrial, no âmbito da reprodução ampliada do capital⁴⁸.

48. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 54-55.

d) **modelo socialista**, resultante dos confrontos e antagonismos entre as classes e grupos sociais. Este padrão constituiu-se em concomitância com o modelo de substituição, sendo que, em alguns momentos, foi com ele confundido ou associado.

O populismo teve maior força quando da ocorrência do modelo de substituição de importações (1945-1964) e foi essencial no processo de industrialização brasileira⁴⁹.

A partir de 1930 houve a emergência política das massas, o que não ocorria anteriormente. A participação popular passou a existir não por opção dos grupos dominantes considerados em bloco, mas devido às condições políticas criadas pela crise oligárquica e pela incapacidade das forças sociais, que compunham o novo grupo dominante, de estabelecer uma sólida base para a nova estrutura do Estado⁵⁰.

O novo governo teve que se mover em uma complexa faixa de compromissos assumidos entre interesses diferentes e contraditórios, como da indústria e do setor agrário tradicional, pois a exportação de café era ainda o elemento central da situação econômica⁵¹.

A instabilidade entre os grupos dominantes e a impossibilidade de qualquer deles assumir o controle das funções políticas levou ao surgimento do populismo, que tem como características fundamentais “*a personalização do poder, a imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*”⁵². O Chefe do Estado assume a posição de árbitro, sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado. Como uma situação desse tipo não poderia ser durável, houve necessidade de um ensaio de ampliação das bases sociais do poder⁵³.

O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro - as massas populares urbanas - e a **representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado**. Na função de árbitro, ele passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo e isto significa dizer que ele tende, embora essa tendência não possa efetivar-se sempre, a optar por aquelas alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular. Essa tendência não é, porém, meramente teórica e se efetivou em medida socialmente significativa com

49. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 55.

50. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 68.

51. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 69.

52. WEFFORT, Francisco, *loc. cit.*

53. WEFFORT, Francisco, *loc. cit.*

Vargas e com quase todos os demais chefes de Estado desde 1930 até 1964. *Aparece assim na história brasileira o fantasma popular que será manipulado por Vargas durante quase dois decênios. Através dos mecanismos de manipulação que as funções de governo lhe possibilitam nas condições de uma crise interna entre os grupos dominantes. Desse modo, o novo regime já não é oligárquico, não obstante as oligarquias não tenham sido fundamentalmente afetadas em funções de hegemonia social e política nos níveis local e regional e se encontrem, de alguma forma, representadas no Estado. Se fosse necessário designar de algum modo a essa forma particular de estrutura política, diríamos que se trata de um Estado de Compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência social dos grupos de classe média, da dependência social e econômica da burguesia industrial e da crescente pressão popular*⁵⁴.

O populismo brasileiro, assim, mesmo sendo um fenômeno de massas, foi a expressão política de interesses determinados de classe⁵⁵. A combinação dos interesses econômicos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial foi elemento importante no movimento, que se destinava a favorecer a criação e expansão do setor industrial e do de serviços. Com isto foram criadas instituições democráticas destinadas a garantir aos assalariados uma parcela do poder.

*(...) trata-se de uma combinação de forças destinada a ampliar e acelerar os rompimentos com a sociedade tradicional e os setores externos predominantes. Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas - em que se envolvem civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários - que se verifica a interiorização de alguns centros de decisão importantes para a formulação e execução da política econômica. A crescente participação do Estado na economia é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma consequência desse programa de nacionalização das decisões*⁵⁶.

Um elemento importante para a compreensão da estrutura do populismo é a composição rural-urbana do proletariado industrial⁵⁷, com valores e padrões do mundo rural, onde predominam formas patrimoniais ou comunitárias de

54. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 69-70.

55. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 26-27.

56. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 56.

57. Lembremo-nos, aqui, das palavras de Lênin, para quem “o capitalismo (...) é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrícola(...). (...) a formação de centros industriais, em número crescente, e a atração que exercem sobre a população não podem deixar de exercer a mais profunda influência em todo o sistema rural (...)”. (LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 15.

organização do poder, de liderança e de submissão. Esse horizonte é modificado pela cidade, mas de modo parcial, lento e contraditório.

Com essa composição do proletariado urbano é relativamente simples relacionar coronelismo e populismo.

No entanto, não podemos fazer uma identificação entre esses dois movimentos. Se têm a semelhança de incluir uma identificação pessoal entre o chefe e a base, têm inúmeras diferenças, a começar pelas diferentes realidades sociais a que se ligam.

O coronelismo é uma forma de dominação, que atua nos municípios rurais, onde há “uma alteração de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”⁵⁸. Nele, a dependência política é uma dimensão da dependência social em geral.

Já o populismo, como vimos, é um fenômeno das regiões atingidas pela urbanização e pela industrialização. Nesse movimento, a relação política, ao contrário do coronelismo, é frequentemente a única relação entre o chefe populista e a base.

*(...) o “coronelismo” expressa um compromisso entre o poder público e o poder privado do grande proprietário de terras, enquanto que o **populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contacto direto com os indivíduos reunidos na massa***⁵⁹.

No proletariado urbano e industrial predomina uma consciência singular. Segundo Ianni, a

*(...) composição heterogênea e a formação recente, associadas às exigências da política de massas conduzida por outros grupos sociais, favorecem a criação e a persistência de uma **consciência de mobilidade**. Isto é, favorecem a formação de um comportamento individual ou grupal principalmente para a conquista e consolidação de posições na escala social. Durante esse período e nessas condições, a atividade política do proletariado - como coletividade - está muito organizada em termos de **consciência de massa**. Os interesses de classe, em particular dos antagonismos com as outras classes e grupos sociais, não se estruturam a não ser parcialmente. E não chegam a fundamentar posições e diretrizes políticas autenticamente proletárias, isto é, de classe*⁶⁰.

A política de massas teve um cunho essencialmente desenvolvimentista, sendo possível, com ela, efetivar etapas do desenvolvimento industrial. Através de

58. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 122.

59. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 28.

60. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 59-61.

técnicas jurídicas e políticas, próprias do populismo, a relação entre custo de vida e salário real foi mantida em níveis adequados ao progresso industrial. A democracia populista propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista, fornecendo “as bases políticas e ideológicas para a realização dos índices de poupança adequados à manutenção dos níveis de investimentos exigidos para acelerar a industrialização”⁶¹.

Tal política de massas funcionou como um técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, em especial, o proletariado. O populismo, no dizer de Weffort, implicou uma traição à massa popular:

(...) por limitar-se às formas pequeno-burguesas de ação, o populismo traz em si a inconsistência que conduz inevitavelmente à traição. Por limitar-se a estas formas, o populismo é, no essencial, uma política de transição que conduz inevitavelmente através do desenvolvimento capitalista, ao esmagamento da pequena burguesia pelos grandes capitais. (...)

*Na impotência histórica da pequena burguesia está a raiz da demagogia populista. Não obstante, o mais hipócrita dos populistas nunca pode ser totalmente infiel à massa; ele trairá, mas há limites para a traição além dos quais a imagem do líder começa a se dissolver*⁶².

O líder populista tem, aliás, com a massa, uma liderança carismática, utilizando-se a conceituação de WEBER, para o qual carisma é uma

*qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como ‘líder’. (...) Em sua forma genuína, a dominação carismática é de caráter especificamente extracotidiano e representa uma relação social estritamente pessoal, ligada à validade carismática de determinadas qualidades pessoais e à prova destas*⁶³.

No entanto, não se deve esquecer de que, além das massas, o líder populista tem ligações com grupos econômicos e políticos de sua própria classe burguesa⁶⁴, devendo, assim, atender às exigências dos segmentos urbano-industriais, das expectativas dos trabalhadores e às sucessivas redefinições das relações do capital industrial com os setores tradicionais e os setores externos.

61. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 61-62.

62. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 34.

63. WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 1. 3. ed. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, p. 158-161.

64. WEFFORT, Francisco, *op. cit.*, p. 34.

Nesse contexto é que se deve considerar o papel dos partidos políticos nos movimentos de massa. Apesar de, a partir de 1946, serem partidos nacionais, em grande escala funcionam segundo os interesses locais ou regionais, com as oligarquias continuando seu predomínio, agora com novas técnicas de atuação. Os programas partidários não são nunca obstáculos intransponíveis⁶⁵ para atender àqueles interesses.

O manejo habilidoso das aspirações de cidadania das massas carregava um potencial político muito grande, o que foi logo captado pelos líderes carismáticos. Como, à época, o Estado brasileiro assumia ares sociais, de provimento do bem-estar público, a defesa daquelas reivindicações passou a ser explorada pelos políticos como suporte de suas plataformas eleitorais, mesmo quando se sabia que havia pouca possibilidade de atendimento.

Entre essas reivindicações das massas, encontrava-se o aumento do número de escolas, em razão da crença nas virtudes reconstrutoras da educação, crença esta que está ligada à visão de mundo das camadas dominantes da sociedade. O projeto era melhorar as condições de vida e aumentar os limites estreitos em que poderiam ser expressos os interesses das camadas populares. O modelo eram os modelos dos setores privilegiados da sociedade. Um exemplo do que afirmamos pode ser encontrado nas seguintes palavras de Jânio Quadros, conhecido político populista das décadas dos 50 e 60, que assim se expressou, quando Presidente da República, na abertura do curso de metalurgia da Universidade do Trabalho

(...) Esta oportunidade de emergir, esta oportunidade de galgar os degraus, esta oportunidade de libertar-se da pobreza, esta oportunidade de prosperar, esta oportunidade de ser mais justo, esta ascensão de uma categoria para outra, de uma camada para outra, até as elites, é o que melhor caracteriza a democracia. É a sua essência, a sua alma. E, a não ser através do ensino, facilitando-o para o trabalhador, permitindo-lhe a especialização, permitindo-lhe os títulos e os conhecimentos científicos, eu não sei de que maneira iremos vivificar o nosso corpo democrático (...) ⁶⁶.

Spósito nos mostra que

(...) sem adentrar numa análise exaustiva dos motivos básicos que impeliram a participação popular e as eventuais pressões para a conquista de um estabelecimento de ensino secundário, algumas observações podem ser feitas. É bem provável que camadas desprivilegiadas da sociedade, ao comporem o teor de seus projetos sociais, tenham incorporados, como seus, os modelos educativos

65. IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 64.

66. QUADROS, Jânio. Abertura do curso de Metalurgia da Universidade do Trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. XXXVI, n.º 83, p. 158, jul./set. 1961.

que encontravam já formulados no projeto de vida das camadas sociais mais favorecidas. Tomando como ponto de partida **o dado, o existente**, a reivindicação popular caminhou no sentido de sua extensão, procurando apossar-se dos bens ou direitos até então restritos a segmentos minoritários da sociedade, tornando-os mais acessíveis. No quadro das escolhas possíveis, a escola secundária, caminho natural para a carreira de jovens de classes dominantes, acaba sendo desejada pelas famílias de jovens de outras classes sociais; os efeitos reais que a instrução secundária propiciava para certas parcelas da sociedade - o acesso a carreiras prestigiadas, o reconhecimento social, a boa remuneração - passam a ser reivindicados, cada vez mais nitidamente, por segmentos heterogêneos da coletividade. O reconhecimento das vantagens oferecidas pela instrução secundária a certas camadas sociais era inevitável, implicando a necessidade de sua conquista (...)⁶⁷.

O político populista procurava atender a essas reivindicações, sem nenhum comprometimento com a transformação da escola, com a sua redefinição social, com a sua reorganização estrutural.

O político populista atuava como interlocutor das massas na justa medida da garantia de seus interesses. Afinal, o terreno do populismo é a sociedade desigual e a injustiça social o motor que o alimenta. Em seus limites, desencadeou-se, assim, uma política de expansão e descompromisso em relação ao ensino médio. *A ação populista não garantia (...) qualquer benefício além da possibilidade de matrícula. A oferta de vagas se dava em condições extremamente precárias, tornando ilusória a apropriação pretendida pelas camadas populares. Porém, caracterizado pela ambigüidade, o populismo embutia uma contradição: o movimento popular como força política. Na área educacional, esse movimento cresceu e se fortaleceu*⁶⁸.

O populismo predominou na política brasileira, apesar das inúmeras crises por que passou o nosso modelo capitalista, até por volta de 1964, quando vários processos econômicos levaram à sua liquidação:

a) a deterioração das relações de troca tornou urgente a necessidade de fazer com que a nossa economia ingressasse na etapa de industrialização de alto nível tecnológico;

b) a necessidade de exportar produtos industriais exigiu a reformulação e eliminação das defesas que garantiram a criação e expansão do setor industrial;

c) foi imposta uma reformulação na inserção da economia brasileira na economia internacional, com a exigência de associação crescente com as organizações portadoras de tecnologia mais avançada⁶⁹.

67. SPÓSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1984, p. 19-20.

68. BUENO, Maria Sylvia Simões. Itinerário do descompromisso na escola pública de 2º grau paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.º 99, p. 75, nov. 1996.

69. IANNI, Octavio, **op. cit.**, p. 161-162.

Com a esquerdização de alguns setores populistas e a transformação conservadora dos demais houve a viabilização de uma recomposição conservadora, uma vez que esta recomposição se enriquecia com a assunção de novas forças assumindo a sua hegemonia.

Ameaçadas por pressões que vinham de baixo e atingiam seus pressupostos políticos mais caros e dilacerada por uma inflação que se transmutara de solução dos seus conflitos em causa de todos os males, essa "fronda conservadora" busca nas Forças Armadas unificadas o seu novo árbitro. Havendo sido inicialmente avalistas e depois tutores, os militares, antes um recurso em última instância, eram agora convocados para comandar a solução que, uma vez mais, se impunha: centralizar e crescer. No entanto, como transparece na trajetória passada, essa solução apontava, em seu limite, para o autoritarismo. Com ele, as Forças Armadas transformam-se no único árbitro possível, numa etapa em que a complexidade e a diversidade das forças e interesses pactuados já não admitem uma arbitragem que não disponha da própria força como instrumento de decisão⁷⁰.

Assim, o Brasil passou da etapa de política externa independente e de desenvolvimento econômico autônomo para a da doutrina da interdependência e do desenvolvimento internacionalista. A partir de 1968, houve a definitiva supremacia da burguesia monopolista internacionalizada que, em aliança com o Estado, passa a comandar o novo ciclo de expansão industrial.

No período que se segue, tivemos "a militarização e a tecno-burocratização progressiva da gestão estatal, o abandono do discurso liberal e o fechamento do sistema político (...)", acompanhados de acentuada marginalização da população em qualquer atividade ou participação política⁷¹. Assim, a política de massas entrou em colapso.

O novo modelo, sacudido pelos conflitos intraburgueses, ameaçado pelo ressurgimento da manifestação popular e causando insatisfação com os resultados da política econômica, após um período de "milagre econômico", entrou em crise e se exauriu após 1974.

Depois de quase dez anos de crescimento econômico e populacional continuado, o quadro social das desigualdades agravou-se. Não apenas em função da reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra, por parte de uma indústria intensiva em capital, mas, sobretudo, devido à desorganização e possibilidade permanente de ruptura ditadas por formas pretéritas de acumulação que, mantidas ou modernizadas, atraem e repelem populações num movimento rural-urbano, intra-rural e intra-urbano que agrava a heterogeneidade estrutural. Aprofunda-se assim o "desemprego estrutural", desviado para um mercado informal de trabalho e

70. FIORI, José Luís, *op. cit.*, p. 104.

71. FIORI, José Luís, *op. cit.*, p. 105.

para os bolsões de marginalidade urbana onde se concentra a grande maioria daqueles 40% de brasileiros que vivem, ainda hoje, em estado de miséria absoluta. Esta população, muito mais do que a classe operária, vem sofrendo os efeitos de uma agricultura de alimentos que, em suas desvairadas transformações cíclicas, vai tornando "terra arrasada" os cultivos de subsistência "imersos" na agricultura de exportação moderna ou tradicional. Esta dinâmica vem pesando, decisivamente, na deterioração dos salários e condições elementares de sobrevivência⁷².

A crise interna se acentua dentro de uma crise geral do sistema capitalista e da hegemonia norte-americana, o regime perde os seus apoios, renasce a luta interna da classe dominante e começa a crescer um movimento social amplo, exigindo melhores condições de vida e maior participação política. Estamos já na década dos 80.

Tivemos uma nova reordenação capitalista, levando em consideração os seguintes pontos:

a) As raízes da crise do capitalismo estão localizadas no poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que corroeram as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias para aumento de salário e aumento cada vez maior dos gastos sociais por parte do Estado.

b) O remédio para tal situação é manter um Estado forte para diminuir o poder do sindicato e para controlar o dinheiro e um Estado fraco em gastos sociais e nas intervenções econômicas.

c) A principal meta de qualquer governo deve ser a estabilidade monetária, com disciplina orçamentária, contenção dos gastos com bem-estar e restauração da taxa "natural" de desempregados⁷³.

d) Há necessidade de uma reforma fiscal, com redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e as rendas, para incentivo dos agentes econômicos.

e) O mercado é a referência permanente, sendo matriz da justiça, da riqueza e da liberdade.

Da justiça, uma vez que supostamente recompensa aqueles que demonstram habilidade, dedicação e diligência. Da riqueza, pela eficiência na alocação dos recursos existentes, pondo à disposição da sociedade. E da liberdade, porque a distribuição das posses materiais não estaria submetida à ação deliberada de qualquer pessoa.⁷⁴

72. FIORI, José Luís, *op. cit.*, p. 110-111.

73. Segundo ANDERSON, o objetivo de ter um exército de desempregados é quebrar o poder dos sindicatos (ANDERSON, Perry, *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo A. A. [org.]. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 11).

74. MORAES, Reginaldo C. *Corrêa de. Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. Universidade e Sociedade*, n. 6, p. 7-8.

- f) É necessário desregulamentar e privatizar tudo.
- g) É preciso que as instituições sejam descentralizadas.
- h) O seu ideário inclui o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra.

O Estado ficaria, assim, reduzido a algumas funções básicas:

1) proteger cidadãos contra inimigos externos, reais ou potenciais; 2) garantir a liberdade e a possibilidade de autodeterminação dos indivíduos; 3) manter uma estrutura institucional que permita aos indivíduos cooperar eficientemente; 4) garantir a segurança material das pessoas - para que o padrão de vida dos cidadãos não caia abaixo de certo mínimo de decência, intervenção à qual geralmente se adiciona o limite estampado no lema: "material security, not material equality".⁷⁵

Estávamos em plena época da redemocratização do país e, com ela e em razão da nova crise do capitalismo, ressurgiram os políticos populistas, uma vez que havia necessidade do apoio da população à nova ordem. O ressurgimento das práticas populistas não se deu da noite para o dia, mas foi sendo reincorporado na política brasileira, paulatinamente, mesmo durante o regime militar.

Bueno afirma:

O saldo positivo das estratégias populistas para os governantes favoreceu sua incorporação nas práticas políticas brasileiras. Sua face conservadora permitiu que fossem exploradas durante o regime militar, quando surgiu a necessidade de fortalecer as bases partidárias situacionistas e procurar legitimidade junto à sociedade civil.⁷⁶

Podemos identificar, no período, apenas para nos restringirmos ao Estado de São Paulo, o populismo de Maluf, com um estreito relacionamento com as bases partidárias e um *estafe* burocrático comprometido, o populismo de Montoro, com um discurso cheio de conceitos amplos e indefinidos como interesse público, povo, etc., e a dubiedade populista característica de Quéricia⁷⁷.

O movimento populista que, agora, ressurge é diferente daquele do período de 1930 a 1964, pois se apresenta mascarado por um jargão transformista, mas atento à orientação de preservação do padrão de ação social. É o distanciamento entre o discurso e a prática.

Esse populismo do final da década dos 80 e início da dos 90, no dizer de Chauí, tem as seguintes características:

1. é um poder que procura realizar-se sem as mediações políticas, seja das instituições políticas, quanto das formas políticas de organização da

75. MORAES, Reginaldo C. Corrêa de, *ob. cit.*, p. 11.

76. BUENO, Maria Sylvia Simões, *op. cit.*, p. 75.

77. BUENO, Maria Sylvia Simões, *op. cit.*, p. 75-78.

sociedade civil, pretendendo operar numa relação direta entre governante e governados;

2. o governante apresenta-se como estando fora do social, transcendendo a ele, mas, ao mesmo tempo, fazendo parte dele, para conseguir realizar a sua ação: é a posição característica do pai-de-família;

3. há uma indistinção entre o poder e o seu ocupante, uma vez que o poderio vem de uma fonte imaginária extra-social, a divindade;

4. é um poder autocrático;

5. é uma forma de autoritarismo político⁷⁸.

Tem uma característica diferente do populismo tradicional dos anos 30: juntamente com a substituição da organização política independente das massas trabalhadoras na proposição de uma política que resulte em redistribuição da renda nacional, como no populismo clássico, esse discurso propõe que o governo desmantele o Estado, identificado como o responsável pelas desigualdades vigentes, em razão de sua ineficácia, de sua improdutividade, da corrupção, do parasitismo, etc.⁷⁹

Mesmo com este discurso, os nossos políticos mantêm relações de clientelismo com seus eleitores. Conforme Bobbio:

*Para se compreender o uso que hoje se faz do termo Clientelismo na ciência e na sociologia política, talvez seja útil partir dos tempos antigos, fazendo referência, se bem que breve, às clientelas e aos clientes das sociedades tradicionais, particularmente à clientela romana, que não deu apenas o nome ao fenômeno, mas é indiscutivelmente seu exemplo mais conhecido. Em Roma entendia-se como clientela uma relação entre sujeitos de status diverso que se urdia à margem, mas na órbita da comunidade familiar: relação de dependência tanto econômica como política, sancionada pelo próprio foro religioso, entre um indivíduo de posição mais elevada (**patronus**) que protege seus clientes, os defende em juízo, testemunha a seu favor, lhes destina as próprias terras para cultivo e seus gados para criar, e um ou mais **clientes**, indivíduos que gozam do **status libertatis**, geralmente escravos libertos ou estrangeiros imigrados, os quais retribuem, não só mostrando submissão e deferência, como também obedecendo e auxiliando o **patronus**, defendendo-o com as armas, testemunhando a seu favor ante os tribunais e prestando-lhe, além disso, ajuda financeira, quando as circunstâncias o exigem. Partindo desta descrição,*

78. CHAUI, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p. 19-21.

79. SAES, Décio de Azevedo Marques de. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p. 47.

*embora sumária, não seria difícil definir as relações de clientela como fenômenos típicos de uma sociedade tradicional como era a romana (...).*⁸⁰

O mesmo considera que, no atual estilo de clientelismo, os políticos de profissão estão acima dos cidadãos comuns:

*(...)[Os políticos de profissão] oferecem, em troca da legitimação e apoio (consenso eleitoral), toda a sorte de ajuda pública que têm ao seu alcance (cargos e empregos públicos, financiamentos, autorizações, etc.). É importante observar como esta forma de Clientelismo, à semelhança do Clientelismo tradicional, tem, por resultado, não uma forma de consenso institucionalizado, mas uma rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mediatos pela apropriação de recursos "civis" autônomos.*⁸¹

A respeito das relações de clientelismo entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo brasileiros, Pinheiro escreve:

*Desde o primeiro governo civil as relações entre a legislatura e o Executivo têm sido marcadas por demandas clientelistas que correspondem ao tipo de relacionamento que os representantes políticos de estados menos populosos e com cidadania menos desenvolvida mantêm com seus eleitores. Apesar da adesão verbal das correntes políticas tradicionais às reformas de enxugamento do Estado, o controle dos investimentos públicos regionais por parte das elites continua sendo recurso relevante de poder numa população com fraca cidadania política onde há largos contingentes de analfabetos. Para esses grupos políticos dominantes, além dos investimentos do Estado, a distribuição de cargos é crucial recurso de poder*⁸².

Finalmente, podemos dizer com Saes:

Se é a estrutura geral do capitalismo em si mesma que induz a personalização da política, então a expansão das relações sociais capitalistas numa formação qualquer tende a acentuar a tendência à personalização política nessa formação social. Se sustentamos esse ponto de vista, a conclusão que devemos tirar é que o reforço da representatividade política aberta do sistema partidário não é o horizonte natural para o qual tende espontaneamente a política nas sociedades capitalistas. Esse reforço é, isto sim, uma coisa diferente: é um processo determinado pela emergência da luta política das classes trabalhadoras contra as classes dominantes. (...) Esse processo se choca com os efeitos produzidos pela estrutura

80. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 7ª ed. Brasília: UnB, 1995, vol. 1, p. 177.

81. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, *op. cit.*, p. 178.

82. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio - O passado não está morto: nem passado é ainda. In: DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

*geral do capitalismo; então não há de se esperar uma emergência espontânea da chamada representação política da sociedade civil, porque a estrutura geral do capitalismo induz o contrário, a personalização da política. Só a luta política das classes trabalhadoras pode se constituir em contratendência a essa tendência dominante.*⁸³

Conclusão

Neste artigo, de algumas reflexões sobre o populismo, procuramos realizar um aprofundamento teórico a respeito e compreender sua influência na política brasileira.

Em síntese, podemos considerar o populismo como um movimento político com alta capacidade para obter apoio popular, sempre presente nas sociedades mais complexas e articuladas e que as suas características atuais, no final da década dos 80 e início dos 90, são diferentes das do populismo tradicional dos anos 30 a 60.

Ele está sempre ligado a uma crise social geral, que, como LACLAU nos mostra, pode ser entendida como uma crise grave do bloco de poder, o que leva uma de suas frações a tentar estabelecer sua hegemonia, com a mobilização das massas, e uma crise de transformismo⁸⁴.

Em relação ao Brasil, verificamos que ele teve e tem uma grande influência na política brasileira. A seu respeito podemos dizer que:

a) O movimento surgiu, por volta de 1930, como consequência da crise do capitalismo mundial e do Estado oligárquico e, como consequência dessa crise, houve a emergência das massas como força política.

b) Há uma participação das massas populares urbanas no movimento político, associada às suas aspirações de mobilidade social e de cidadania. Essas massas, no entanto, são conduzidas por outros grupos sociais.

c) O líder populista é carismático, com grandes ligações com as massas, mas, também, com grupos econômicos e políticos, os quais representa.

d) Os partidos políticos não têm maior importância, servindo apenas como ponto de apoio para os políticos profissionais.

e) Os líderes populistas se apresentam procurando atender às reivindicações de bem-estar social do povo, mesmo sabendo, na maioria dos casos, das poucas possibilidades de seu atendimento. As reivindicações procuram elas atender no varejo, sem nenhuma preocupação com as necessárias mudanças na estrutura da

83. SAES, Décio de Azevedo Marques de, *op. cit.*, p. 45.

84. LACLAU, Ernesto, *op. cit.*, p. 182-183.

sociedade. Entre essas reivindicações encontram-se sempre presentes as ligadas à educação, como forma favorecimento à mobilidade social, segundo os modelos que as massas tomam emprestado dos setores privilegiados da sociedade.

f) Os líderes populistas apresentam-se com um discurso transformista, de eficiência por parte do Estado, contraditoriamente à sua atuação indicada no item anterior.

g) O poder populista é autocrático, com indistinção entre o poder e o seu ocupante.

Assim, entendemos que atingimos os objetivos que nos propusemos, ao redigir este artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Graal, 1981. (Biblioteca de História - v. 6)
2. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo A. A. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
3. AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**. 3. ed. ampl. Piracicaba: UNIMEP, 1995.
4. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. 7. ed. Brasília: UnB, 1995, 2 volumes.
6. BOITO JR., Armando. **A burguesia contra o populismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Tudo é História - v. 55)
7. BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Trad. Waltensir Dutra. Organizador da edição brasileira: Antônio Monteiro Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [s/d].
8. BUENO, Maria Sylvia Simões. Itinerário do descompromisso na escola pública de 2º grau paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 99, p. 73-79, nov. 1996.
9. CHAUI, Marilena de Souza. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.
10. CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca de educação. Série 1, Escola; v. 17)
11. FIORI, José Luís. **O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

12. HENNESSY, Alistair. América Latina. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest (Comp.). **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p.39-80. (Biblioteca de Sociologia)
13. HOFSTADTER, Richard. Estados Unidos. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest (Comp.). **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p.15-38. (Biblioteca de Sociologia)
14. IANNI, Octavio. **A formação do estado populista na América Latina**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1989. (Série Fundamentos: 37).
15. _____. **O colapso do populismo no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. (Retratos do Brasil: volume 70).
16. KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Poder político local. Do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)**. São Paulo, 1979. (Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
17. LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Trad. João Maia e Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico - v. 26)
18. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª: Política, v. 2).
19. LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 13-33. (Os Economistas)
20. MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Volumes I e II**. 13. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
21. MORAES, Reginaldo C. Corrêa. Exterminadores do futuro: a lógica dos neoliberais. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 6, p. 6-11, fev. 1994.
22. OLIVEN, Arabela Campos. **A paroquialização do ensino superior - classe média e sistema educacional no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 45-58.
23. PAULO NETTO, José. Introdução. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. VII-XXI. (Os Economistas)
24. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio - O passado não está morto: nem passado é ainda. In: DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 7-45.
25. PRADO, Maria Lúcia. **O populismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História - v. 4).

26. QUADROS, Jânio. Abertura do curso de metalurgia da Universidade do Trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. XXXVI, n. 83, p. 156-158, jul./set. 1961.
27. RODRIGUES, Marly. **A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios)
28. SÁ, Elisabeth Schneider de. **Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
29. SAES, Décio de Azevedo Marques de. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 41-48.
30. SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, Walter E. (Org.). **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978, p. 174-194.
31. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 14. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986, p. 192-194.
32. SPÓSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1984. (Coleção Educação Popular - n.º 2)
33. WALICKI, Andrzej. Rusia. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest (Comp.). **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p.81-120 (Biblioteca de Sociologia)
34. WEBER, Max. **Economia e sociedade. Vol. 1**. 3. ed. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
35. WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Coleção Estudos Brasileiros: vol. 25).
36. WILES, Peter. Un síndrome, no una doctrina: algunas tesis elementales sobre el populismo. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest (Comp.). **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p.203-240. (Biblioteca de Sociologia)
37. WORSLEY, Peter. El concepto de populismo. In: IONESCU, Ghita e GELLNER, Ernest (Comp.). **Populismo: sus significados y características nacionales**. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Amorrortu, 1970, p.258-304. (Biblioteca de Sociologia)